



Ata da 48ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande

1 Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas
2 e quinze minutos em segunda chamada, reuniram-se no ginásio de esportes Glorinha
3 Futebol Clube, no centro de Glorinha/RS, os membros do Conselho Deliberativo da
4 APA do Banhado Grande presentes para a Assembleia Ordinária, convocada pela
5 Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Letícia Rolim Vianna.

6 UFRGS - Terezinha Guerra

7 UFRGS - Darci Campani

8 Prefeitura de Glorinha – Priscilla Kiscporski

9 Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha - Jordana Borba Gomes

10 Prefeitura de Gravataí - Paulo Roberto Muller

11 Comitê Gravataí - Manoel Adam

12 SEMA – Letícia Rolim Vianna

13 SEMA – Cecília Schuler Nin

14 INCRA - Paulo Heerd Junior

15 SDR – Eduardo Ubel Oslaj

16 CORSAN – Stephan Hund

17 DRH - Gabriel Muller

18 FIERGS - Tiago José Pereira Neto

19 FIERGS – Leonardo Silveira Ritta

20 APNVG - Tânia Maria Dias Peixoto

21 A reunião foi aberta pelo Diretor do Departamento de Biodiversidade – DBio,
22 Diego Melo Pereira, que se apresentou como novo Diretor, explanou um breve
23 currículo das suas experiências, e informou que, atendendo a uma das demandas que
24 está no processo judicial que trata da elaboração do Plano de Manejo, onde a gestão
25 se comprometeu em fazer a manifestação a respeito do novo gestor da UC em um
26 prazo de 60 dias, foi indicada a Analista Ambiental da APA do Banhado Grande, Letícia
27 Rolim Vianna, como a nova gestora da UC. O Diretor diz que gosta de trabalhar de
28 forma descentralizada e que apenas as decisões de hierarquia superior serão levadas
29 as instâncias superiores, porém a ideia é sempre fazer as construções de forma coletiva
30 e conjunta. Apresentou a Servidora Luiza Chomenko como a “extensão do seu corpo”,
31 a pessoa que vai estar colaborando na interface DBio X APABG ajudando a dar





32 encaminhamento nas demandas. Informou que vai ser instituída a Divisão de Pesquisa
33 e Manutenção de Coleções dentro da SEMA onde serão alocados alguns dos
34 pesquisadores e servidores da FZB. Frisou que as demandas devem ser capilarizadas
35 junto a nova gestão da APABG e qualquer insatisfação nessa instância pode e deve
36 ser comunicada ao DBio. Falou da elaboração do Plano de Manejo da APABG, que
37 existe um cronograma junto a Promotoria que acompanha o andamento da execução
38 do PM por meio de relatórios bimensais onde a SEM presta contas. A previsão de
39 entrega é até maio de 2020 onde deve passar pela aprovação deste Conselho.
40 Terminou sua fala com uma mensagem de boas vindas, que estava lá se apresentando
41 para que o conselho conheça seu rosto e se colocou a disposição para o diálogo
42 sempre que for necessário.

43 **Pauta 1. Apreciação ata Assembleia Ordinária 25/03/19:** A então Gestora citou as
44 questões da pauta que seriam discutidas nesta reunião e iniciou colocando em votação
45 a pauta da reunião anterior. Posta em votação, foi **aprovada por unanimidade**, a ata
46 da 47ª reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da APA do Banhado Grande sem
47 necessidade de revisão e ajustes.

48 **Pauta 2. Plano de Manejo:** A segunda questão de pauta foi o andamento do Plano de
49 Manjo onde Cecília diz que o Plano de Trabalho da FAURGS, consultoria do
50 Socioeconômico e Ambiental, foi entregue com muitas falhas em janeiro, o CT de
51 acompanhamento do PM fez considerações em final de fevereiro, em 5 de abril o plano
52 de trabalho revisado foi entregue pela consultoria e, por falhas burocráticas, o plano foi
53 atestado somente em 16 de abril para encaminhar para pagamento. O Estado tem 30
54 dias para fazer o pagamento, conforme o contrato, porém, a equipe técnica está
55 tentando tencionar a Fazenda para que o pagamento seja feito com a maior brevidade
56 possível haja vista que a contratada encontra-se em fase de trabalhos de campo. São
57 19 pesquisadores das áreas de Geografia, arqueologia, biologia, entre outros, a maioria
58 da UFRGS mas também da UERGS e UNIPAMPA. Na Agronomia, serão identificadas
59 as possíveis causas da erosão do Banhado Grande propor ações de mitigação, nesse
60 quesito a equipe do Prof. Laurindo já tem esse estudo feito. METROPLAN indica
61 construção de mini barramentos e esse estudo será considerado no plano de manejo e
62 discutido no Conselho. Além disso serão feitos estudos através da análise temporal
63 desta região, caracterização da dinâmica das áreas úmidas, inclusive os municípios de
64 Gravataí e Glorinha aguardam esses dados para tomada de decisão quanto as suas
65 UC de proteção integral. Frisou a questão dos prazos que já estão atrasados, dos
66 custos das saídas a campo e análises laboratoriais, e por isso a importância do
67 pagamento pelo Estado. Informou que a equipe está a disposição das contratadas para
68 colaborar no que for possível, porém algumas questões são referentes a custos são
69 impossíveis de ser resolvidas pela equipe da APABG. Avaliação da qualidade edáfica
70 do solo e diagnóstico de uso da terra são algumas dessas questões. Para definir as
71 unidades de paisagem serão utilizados os critérios estruturais, litológicos,
72 geomorfológicos, hidrográficos, algumas dessas informações nesse quesito já foram
73 passadas para a contratada e para sua finalização. Também havendo necessidade de
74 fazer campo para avaliar os critérios funcionais como organização e cobertura do solo,



75 ficam atrelados ao pagamento. Será construído um mapa de uso da terra com fatores
76 de pressão, os mapas de Unidades de Paisagem e seus compartimentos. Na
77 arqueologia serão feitos levantamento primário, secundário e caminhamento em zonas
78 potenciais, também estão previstas palestras e oficinas com as comunidades locais.
79 Também aguarda recurso para ir a campo. Na geografia social e política, onde ficou
80 uma grande lacuna na primeira versão do plano de trabalho, foi feita uma comparação
81 do que pede o termo de referencia e como será respondido, como muitas respostas
82 que advêm dos dados secundários são apresentadas por município, por esse motivo
83 algumas das informações não serão exclusivamente do território da APA e sim dos
84 municípios que a integram. A regularização fundiária, estrutura, arrendamentos de
85 terra, empreendimentos industriais, vetores de pressão como urbanização e agricultura,
86 infraestrutura energética, entre outros, agora serão contemplados no plano de trabalho.
87 Equipe técnica de acompanhamento se dispõe a apoiar com aporte de informações
88 naquilo que se tem mais facilidade de acesso. Essa abordagem passou pela câmara
89 temática e foi aprovada. Também aguarda recurso para dar continuidade. No manejo
90 de recursos hídricos e hidrologia, a METROPLAN já tem muitas informações em seus
91 estudos, dados divulgados já foram passados para a consultoria, e para acessar os
92 dados brutos do estudo foi solicitado a METROPLAN pela SEMA, com cópia para o
93 Promotor que sejam disponibilizados para a APABG para fins de construção do Plano
94 de Manejo, porém ainda não tivemos retorno. Esta equipe fará o mapeamento das
95 redes de drenagem, dos canais retificados. O balanço hídrico do Banhado Grande
96 definirá seu comportamento e influência, serão necessários os dados de precipitação,
97 evapotranspiração, vazão, batimetria, que a METROPLAN já tem bem consolidado e é
98 de suma importância que se tenha acesso a eles para evitar retrabalho. Além disso,
99 será feita a caracterização da demanda hídrica dos diferentes setores e atores que terá
100 o aporte de informações vindo do SIOUT (que é um dado auto-declaratório), a análise
101 da contribuição das diversas práticas de manejo adotadas no cultivo de arroz para
102 avaliar a redução da liberação de sedimentos e contaminantes agrotóxicos. Será feito o
103 mapeamento dos açudes. Existe o trabalho do DRH, Fernando Meirelles, que se
104 pretende acessar para complementar os estudos em andamento. No Zoneamento de
105 Viamão, a várzea do rio onde foi retificado aparece como nula, como se não tivesse
106 hidrografia, e isto é um erro que vai ser retificado no plano de manejo, utilizando dados
107 reais. As análises dos parâmetros para qualidade da água serão realizados através de
108 dados de três pontos que a FEPAM monitora principalmente para verificar os impactos
109 do esgotamento sanitário no Rio Gravataí. O adicional das análises será em relação ao
110 rastreamento dos agrotóxicos e metais em pontos estratégicos, porém, se aguarda
111 liberação de recurso para realização dessas análises pela consultoria no período certo
112 para que se tenha um panorama dos lançamentos no Rio Gravataí e Banhado Chico
113 Lomã. Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha questiona em relação ao limite do
114 polígono da APABG, já que em alguns trechos do município ele ultrapassa o divisor de
115 águas, se estendendo para a bacia do Rio dos Sinos. Enfatiza o argumento de que o
116 empreendimento está localizado em área fora da bacia do Gravataí e, portanto não
117 impacta a área que a APABG se propõe a proteger. Também existe situação que
118 nascentes importantes não estão contempladas por essas mesmas questões de ajuste





119 fino. Cecília informou que essa discussão foi feita pela equipe técnica, e o que se usará
120 para fins do Plano de Manejo será os limites do Decreto que cria a APABG, porém, no
121 plano de manejo constará a indicação de ajustes para fins de adequação, respeitando
122 os trâmites legais desse processo. Cecília enfatiza a urgência do pagamento das
123 parcelas por parte do Estado aproveitando a presença do Diretor do DBio na reunião
124 para que se tencione buscando agilidade nisso, de forma que a consultoria possa
125 realizar o serviço no prazo. Informa que a equipe técnica aprovou o Relatório Parcial
126 (R1 - que trata da Contextualização) do levantamento socioeconômico e ambiental, que
127 de modo geral estava de acordo com o TR, sem o aval da câmara temática do
128 Conselho. Isso foi feito de modo estratégico por se tratar de um produto de pouco
129 conteúdo, e a aprovação desse produto repercute no pagamento de parcelas para se
130 agilizar a realização do campo e análises para entrega de produtos mais importantes
131 para o plano de manejo. Também informa que todos os produtos e documentos
132 relativos ao plano de manejo estão públicos no Drive já disponibilizado eletronicamente
133 para os conselheiros. Retoma a composição da Câmara Temática (CT) que
134 acompanha o plano de manejo: Comitê Gravataí, FARSUL, FIERGS, INCRA, UFRGS,
135 SEMA, Quinta da Estância, Prefeituras de Santo Antônio da Patrulha, Gravataí e
136 Glorinha. O coordenador dessa CT, Thiago da FIERGS, ressalta a importância da
137 definição dos representantes das entidades na CT para que se tenha um ponto focal e
138 contínuo no acompanhamento da elaboração do plano de manejo. Cecília destaca que
139 houve solicitação para que as entidades enviassem suas representações no Conselho,
140 porém, houve pouco retorno.

141 **Pauta 3. Conselho Gestor:** Letícia socializa que a então chefe da DUC que respondia
142 pela APABG e, portanto presidiu a reunião do dia 25 de março deveria ter dado o
143 encaminhamento à Moção de Repúdio à IN 02/2019 que normatiza questões dos
144 Conselhos Gestores, porém, até o momento ela não havia assinado tal documento.
145 Questiona aos conselheiros qual o encaminhamento gostariam de dar: se aguarda a
146 assinatura da chefe da DUC ou se ela, Letícia, assina o documento como
147 encaminhamento da presente reunião. Houve uma série de conversas e como
148 encaminhamento final ficou definido de que a então presidente do Conselho (ex-chefe
149 da DUC) assine o documento e se dê o andamento ao Sr. Secretário do Meio Ambiente
150 e Infraestrutura. Sobre o Grupo de Trabalho que tratou da alteração da composição do
151 Conselho, Letícia relatou o que se discutiu na reunião em que participaram Ivo Lessa
152 (FARSUL), Paulo Junior (INCRA), Paulo Muller (Pref. Gravataí), Jan Karel (FZB), Luisa
153 Lokschin (DUC), Cecília Nin (APABG), Letícia Vianna (APABG). Que a DUC realizou
154 uma consulta ao jurídico da SEMA a cerca de qual instrumento tem maior poder, a
155 Instrumento Normativa ou Portaria (Regimento Interno), porém que até o momento não
156 houve retorno. O Ivo Lessa buscaria um contato com Sr. Secretário para agilizar uma
157 resposta para esse impasse, e para tanto chamaria Luísa (DUC) para acompanhá-lo.
158 Foi posto para apreciação a indicação feita na reunião, que enquanto não se tivesse
159 posicionamento do jurídico da SEMA o Conselho seguisse o seu regimento, e não
160 havendo desacordo, esse encaminhamento foi mantido. Letícia relata que o GT
161 também entende que deve haver redução do Conselho, buscando torná-lo paritário.





162 Relembra que algumas instituições saíram por não estarem mais participando e outras,
163 como a CORSAN, se manifestaram que voltariam a participar. Leticia traz para plenária
164 as alterações sugeridas pelo grupo de conselheiros: 1) que o Comitê migre para o
165 grupo “governamental”, 2) que uma vaga para ONG seja excluída, uma vez que Maricá
166 não compõe o conselho, 3) verificar com ICMBIO/IBAMA se existe interesse na vaga
167 de órgão ambiental federal, caso não exista essa vaga ficará excluída, 4) readequar as
168 vagas de órgãos estaduais que sofreram alterações estruturais, como CORSAN e FZB
169 que hoje estão vinculadas à SEMA, e a SDR que está vinculada à Secretaria da
170 Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado (SEAPDR), 5) Diminuir de
171 quatro para duas as vagas da FIERGS pois os representantes não tem vindo e para
172 ficar mais adequada à estrutura do Conselho que já é grande. Teresinha (UFRGS)
173 questiona sobre a possibilidade de substituição da entidade na vaga da ONG local,
174 Leticia informa que a proposta do grupo foi buscar a paridade diminuindo as vagas da
175 categoria “não-governamental”, assim, uma das vagas de ONG local seria extinta. Foi
176 colocada a dificuldade de comunicação com os quilombolas, que houve alteração na
177 presidência da associação e isso trouxe a falta de participação dessa minoria nas
178 reuniões. Porém, que a ideia é manter essa vaga para os quilombolas. Ressalta que o
179 Sindicato Rural de Viamão era bastante ativo no Conselho e seria importante manter
180 sua vaga e que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha
181 (STR-SAP) também seria uma instituição importante de ser mantida pela sua atuação
182 na APABG. Letícia sintetiza então qual a composição sugerida pelo grupo.
183 Governamentais (13 vagas): 1) UFRGS, 2) FZB (Divisão da SEMA), 3) Prefeitura de
184 Santo Antônio da Patrulha, 4) Prefeitura de Viamão, 5) Prefeitura de Gravataí, 6)
185 Prefeitura de Glorinha, 7) APABG, 8) DRH, 9) CORSAN, 10) INCRA, 11) FEPAM, 12)
186 SDR (atual SEAPDR), 13) Comitê Gravataí. Não Governamentais: 1) CURICACA, 2)
187 APNVG, 3) STR-SAP, 4) AAFISE, 5) EMATER, 5) FIERGS, 6) FIERGS, 7) Sindicato
188 Rural de Viamão, 8) FARSUL, 9) ACIVI 10) LBV, 11) Assoc. Moradores do Banhado
189 Gravataí, 12) Quilombo. Mauricio Barcellos (produtor rural e vinculado ao Sindicato
190 Rural de Santo Antônio da Patrulha) fala sobre o interesse de trocar a representação
191 da categoria na vaga do sindicato patronal, que hoje é do Sindicato Rural de Viamão e
192 a ideia é alterar para aquele de Santo Antônio da Patrulha ou para Associação dos
193 Arrozeiros. Cecília pede que o Conselho seja oficiado a respeito do interesse na
194 ocupação da vaga. Campani explica que nos comitês de bacia ao invés de “troca-troca”
195 se faz uma reunião bianual entre as entidades interessadas em compor o comitê e se
196 define quem serão os representantes para os próximos dois anos e sugere que se faça
197 da mesma forma no Conselho Deliberativo da APA do Banhado Grande. Explica
198 também que caso exista mais de um interessado para uma vaga é decidido pelos
199 participantes nesta reunião. Cecília fala que a IN define a regra para composição do
200 Conselho e que em resposta a outra UC que fez o mesmo questionamento foi
201 informado que a IN deve ser seguida. Desta forma é precipitado votar uma nova forma
202 de composição do conselho neste momento. Diego diz que a IN é uma ferramenta
203 muito mais simples de ser reavaliada do que mexer em regimentos de várias UCs.
204 Também diz que está se dando conta de que esta IN criou um impacto em mais de
205 uma UC e que por isso precisa de um tempo para internalizar essa questão com a





206 equipe técnica e gestão para sugerir alguma mudança. É comum serem emitidas
207 resoluções do CONSEMA, por exemplo, e avaliar o comportamento no momento que
208 ela é colocada em prática para que a partir das reações se possa construir uma
209 reavaliação. Amanhã inicia a reunião de gestores onde a IN será trabalhada para saber
210 em que outras UCs tiveram algum impacto, pediu o número do processo da consulta
211 jurídica para usar como modelo e dar uma resposta não só para este conselho mas
212 para todos os outros que necessitarem. Campani, referindo-se a discussão anterior,
213 coloca que mais importante é o efeito que a Moção causa, este conselho já fez isso
214 outras vezes e não precisa ser entendido como algo negativo, que a Moção será
215 levada para o Secretário de Meio Ambiente e que ele entende que este tipo de
216 procedimento fortalece esta instituição. Essa é uma forma de levar às instâncias
217 corretas os desejos de mudança que são consensuados neste fórum. Que já que não
218 é o único conselho que discorda da IN, sugere marcar uma agenda com o Secretário e
219 os representantes dos conselhos para entregar a Moção e colocar as questões
220 divergentes, segundo a versão dos conselheiros. Letícia volta à questão da
221 composição do Conselho e informa que serão consultados os Sindicatos Patronais
222 (Viamão e Santo Antônio da Patrulha) e dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da
223 Patrulha a respeito do seu interesse em participar do Conselho da APA do Banhado
224 Grande.

225 **Pauta 4. Unidades de Conservação de Gravataí e Glorinha (Reserva Ecológica do**
226 **Banhado Grande criada por Gravataí através da Lei N° 65, de 03 de novembro de**
227 **1981):** Letícia inicia relato da reunião que ocorreu em 06 de março, no Ministério
228 Público, referente às Unidades de Conservação de Gravataí e Glorinha (Reserva
229 Ecológica do Banhado Grande criada por Gravataí através da Lei N° 65, de 03 de
230 novembro de 1981) contando que foi sugerido pela equipe da APABG que se
231 aguardasse o final do plano de manejo para refazer os limites das UCs Municipais
232 baseados nos estudos do Plano de Manejo. Como o Promotor entende que aguardar
233 até maio de 2020 para iniciar a elaboração das propostas dos municípios para os
234 limites das UCs Municipais é desnecessário, pois segundo o cronograma do Plano de
235 Manejo, em novembro de 2019 já estará finalizada a parcela do trabalho que traz os
236 subsídios técnicos necessários para a decisão, foi definido que em 15 de fevereiro de
237 2020 Gravataí e Glorinha apresentariam suas propostas. O promotor Eduardo Informa
238 que o Procurador de Glorinha entregou no momento desta reunião um acordo para ser
239 protocolado na justiça solicitando o encerramento do processo e solicitando um prazo
240 até 30 de julho de 2020 para entregar sua proposta com encaminhamento do projeto
241 de Lei para a Câmara de Vereadores, pois o Município gostaria de aguardar a
242 finalização do plano de manejo para então entregar sua proposta. O MP concordou e
243 salientou que então os prazos para os dois municípios são diferentes e que caso o
244 Plano de Manejo atrase fica definido um prazo de 90 dias após a conclusão do plano
245 de manejo para a entrega da proposta de UC Municipal em Glorinha.

246 **Pauta 5. Aterro Sanitário (Cantagalo):** Letícia Convida Caroline e Iporã, membros da
247 Comissão Contra a Instalação do Aterro do Cantagalo para fazer o relato. Explica que o



248 polígono da fazenda onde se pretende instalar um aterro sanitário encontra-se no limite
249 externo da APA e tem influência direta na qualidade das águas da APABG.

250 Caroline dá um histórico da questão, contando que souberam do aterro em janeiro de
251 2019, que uma empresa carioca abriu um processo de estudo de viabilidade na
252 Prefeitura de Viamão para implantação de um aterro sanitário regional para atender 28
253 municípios da região metropolitana e litoral com capacidade de 1500 toneladas por dia.
254 A Fazenda Montes Verdes, com 174 há, está localizada na Estrada Acrisio Martins
255 Prates, a direita da ERS 040, sentido Porto Alegre Litoral, numa zona rural. A certidão
256 de viabilidade do Município ainda não foi expedida unicamente por pressão popular. Na
257 FEPAM existe um processo tramitando. Caroline explica que é uma fazenda com
258 morros e 8 nascentes, algumas delas que desaguam no arroio Alexandrino que corre
259 para dentro da APABG. Foram procurados a promotoria de Viamão, comitês Gravataí e
260 Guaíba e feita uma Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Viamão. Conselho
261 Estadual de Saúde procurou a Comissão para prestar apoio através de uma Moção.
262 Comissão de Saúde e Meio Ambiente também procurou a Comissão para prestar apoio
263 e abrir uma discussão de alternativas locais para aterros sanitários haja vista que
264 este tipo de empreendimento ainda é necessário. Iporã, Eng. Ambiental, mostrou
265 mapas de localização, apresentou questões hidrográficas e fez delimitação da área de
266 abrangência do impacto do empreendimento. Campani alerta para a necessidade de
267 propor ajuste nos limites da APA tendo em vista que é o segundo momento onde
268 ocorre situação onde as nascentes que eventualmente estão fora dos limites da APA
269 porém o escoamento de suas águas é para dentro dos limites da PAPABG. Também
270 alerta para a Lei que não fala em fim de Lixão a partir de 2014 como a mídia divulga.
271 Lei determina que a partir de 2014 não é mais permitido descartar resíduos em aterros
272 sanitários, apenas rejeitos. Campani frisa que gostaria que ficasse explícito na ata, haja
273 vista que é a segunda vez que passa pelo Conselho da APABG uma discussão sobre
274 aterro sanitário, que na sua concepção A FEPAM NÃO PODE DAR LICENÇA
275 AMBIENTAL PARA UM ATERROS QUE NÃO GARANTA QUE NESSE ATERRO SÓ
276 VAI CHEGAR REJEITOS. Essa Lei que proíbe colocação de resíduos em aterros
277 sanitários inviabiliza financeiramente o negócio pois de 1500 toneladas, apenas uma
278 pequena parcela é realmente de rejeitos. Nos TRs para licenciamento deve constar que
279 o empreendimento deve necessariamente receber apenas rejeitos, conforme a Lei.
280 Relatou sua experiência na revisão do plano de resíduos sólidos de Novo Hamburgo.
281 Salientou o papel do Estado que deve dizer onde é e onde não é passível de receber
282 este tipo de empreendimento e que em qualquer lugar do mundo em áreas intactas não
283 é passível de instalação de aterros. Paulo Muller, elogiou a colocação do conselheiro
284 Campani salientando que o Estado em muitos momentos é omissor. Terezinha
285 parabeniza a postura da Comissão que não só dá argumentos para a rejeição do aterro
286 no local proposto como também apresenta sugestões. Pergunta se o plano municipal
287 de resíduos sólidos foi analisado. Caroline responde que o plano diretor não proíbe,
288 mas também não veta a construção deste tipo de empreendimento no local proposto.
289 Terezinha completou falando da importância de apresentar a questão no comitê do
290 lago Guaíba já que a bacia é diretamente afetada e o comitê deve se posicionar a





291 respeito do assunto. Cecília informa que o conselho deve se manifestar sobre o aterro,
292 pois empreendimentos com EIA/RIMA devem receber a manifestação mesmo sendo
293 fora da APABG, já que encontra-se no raio de 10 km. Promotor Eduardo esclarece que
294 eles protocolaram um pedido de acompanhamento na promotoria regional, o promotor
295 Eduardo solicitou o processo na promotoria de Viamão e o Promotor do Município
296 entendeu que por ser um empreendimento de impacto local o processo deve continuar
297 na promotoria Municipal de Viamão. O Promotor também explicou que apenas um
298 promotor atua em cada caso e como o processo iniciou em Viamão com a Promotora
299 Anelise, o Promotor atual decidiu seguir com o processo em Viamão. Tânia, informa
300 que APNVG faz 40 anos este ano e que por todo esse tempo está na luta pelas causas
301 ambientais principalmente com a frente da educação ambiental. Jorge (produtor rural de
302 Santo Antônio da Patrulha) enfatiza a questão da importância da separação do lixo e
303 do cumprimento da lei. Existem instrumentos para balizar.

304 Leticia terminou sugerindo que se fizesse votação para a nova composição do
305 conselho. Tiago pede que se faça a votação na próxima reunião para que haja tempo
306 hábil para os representantes discutirem dentro de suas entidades e votarem de forma
307 representativa, o que foi acatado pela plenária.

308 Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente do Conselho Deliberativo da
309 Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, Sra. Leticia Rolim Vianna encerrou a
310 reunião agradecendo a presença de todos e eu Cecília Schuler Nin lavrei a presente
311 ata.

